

Índice

Dados da Empresa

Composição do Capital	1
-----------------------	---

DFs Individuais

Balanço Patrimonial Ativo	2
---------------------------	---

Balanço Patrimonial Passivo	3
-----------------------------	---

Demonstração do Resultado	4
---------------------------	---

Demonstração do Resultado Abrangente	5
--------------------------------------	---

Demonstração do Fluxo de Caixa	6
--------------------------------	---

Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido

DMPL - 01/01/2016 à 31/03/2016	7
--------------------------------	---

DMPL - 01/01/2015 à 31/03/2015	8
--------------------------------	---

Demonstração do Valor Adicionado	9
----------------------------------	---

Comentário do Desempenho	10
--------------------------	----

Notas Explicativas	13
--------------------	----

Pareceres e Declarações

Relatório da Revisão Especial - Sem Ressalva	35
--	----

Parecer do Conselho Fiscal ou Órgão Equivalente	36
---	----

Declaração dos Diretores sobre as Demonstrações Financeiras	37
---	----

Declaração dos Diretores sobre o Relatório dos Auditores Independentes	38
--	----

Dados da Empresa / Composição do Capital

Número de Ações (Unidades)	Trimestre Atual 31/03/2016
Do Capital Integralizado	
Ordinárias	249.821.758
Preferenciais	0
Total	249.821.758
Em Tesouraria	
Ordinárias	0
Preferenciais	0
Total	0

DFs Individuais / Balanço Patrimonial Ativo**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Trimestre Atual 31/03/2016	Exercício Anterior 31/12/2015
1	Ativo Total	1.578.470	1.491.065
1.01	Ativo Circulante	25.732	25.372
1.01.01	Caixa e Equivalentes de Caixa	10.652	10.372
1.01.03	Contas a Receber	9.348	8.774
1.01.03.01	Clientes	9.348	8.730
1.01.03.02	Outras Contas a Receber	0	44
1.01.03.02.01	Contas a Receber - Parte Realacionadas	0	44
1.01.06	Tributos a Recuperar	4.354	3.863
1.01.06.01	Tributos Correntes a Recuperar	4.354	3.863
1.01.07	Despesas Antecipadas	1.168	2.236
1.01.08	Outros Ativos Circulantes	210	127
1.01.08.03	Outros	210	127
1.02	Ativo Não Circulante	1.552.738	1.465.693
1.02.01	Ativo Realizável a Longo Prazo	12.065	12.044
1.02.01.01	Aplicações Financeiras Avaliadas a Valor Justo	3.537	4.769
1.02.01.01.03	Aplicações Financeiras Vinculadas	3.537	4.769
1.02.01.06	Tributos Diferidos	1.151	0
1.02.01.06.01	Imposto de Renda e Contribuição Social Diferidos	1.151	0
1.02.01.09	Outros Ativos Não Circulantes	7.377	7.275
1.02.01.09.03	Déposito judiciais	7.377	7.275
1.02.03	Imobilizado	2.074	2.112
1.02.03.01	Imobilizado em Operação	2.074	2.112
1.02.04	Intangível	1.530.853	1.443.162
1.02.04.01	Intangíveis	1.530.853	1.443.162
1.02.04.01.01	Contrato de Concessão	1.530.853	1.443.162
1.02.05	Diferido	7.746	8.375

DFs Individuais / Balanço Patrimonial Passivo**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Trimestre Atual 31/03/2016	Exercício Anterior 31/12/2015
2	Passivo Total	1.578.470	1.491.065
2.01	Passivo Circulante	136.421	115.969
2.01.01	Obrigações Sociais e Trabalhistas	6.686	6.106
2.01.01.01	Obrigações Sociais	6.686	6.106
2.01.02	Fornecedores	14.900	16.231
2.01.02.01	Fornecedores Nacionais	14.900	16.231
2.01.03	Obrigações Fiscais	3.541	3.063
2.01.03.01	Obrigações Fiscais Federais	1.574	1.619
2.01.03.01.02	Outros tributos federais	1.574	1.619
2.01.03.03	Obrigações Fiscais Municipais	1.967	1.444
2.01.04	Empréstimos e Financiamentos	42.867	36.357
2.01.04.01	Empréstimos e Financiamentos	42.867	36.357
2.01.04.01.01	Em Moeda Nacional	42.867	36.357
2.01.05	Outras Obrigações	47.477	33.500
2.01.05.01	Passivos com Partes Relacionadas	38.325	24.120
2.01.05.01.01	Débitos com Coligadas	13.540	327
2.01.05.01.03	Débitos com Controladores	24.785	23.793
2.01.05.02	Outros	9.152	9.380
2.01.05.02.04	Cauções Contratuais	7.414	8.398
2.01.05.02.05	Taxa de fiscalização	379	342
2.01.05.02.07	Outras contas a pagar	1.359	640
2.01.06	Provisões	20.950	20.712
2.01.06.02	Outras Provisões	20.950	20.712
2.01.06.02.04	Provisão para manutenção em rodovias	1.479	0
2.01.06.02.05	Provisão para investimentos em rodovias	19.471	20.712
2.02	Passivo Não Circulante	1.013.004	1.012.089
2.02.01	Empréstimos e Financiamentos	652.203	662.578
2.02.01.01	Empréstimos e Financiamentos	652.203	662.578
2.02.01.01.01	Em Moeda Nacional	652.203	662.578
2.02.02	Outras Obrigações	320.073	310.550
2.02.02.01	Passivos com Partes Relacionadas	317.936	309.112
2.02.02.01.03	Débitos com Controladores	317.936	309.112
2.02.02.02	Outros	2.137	1.438
2.02.03	Tributos Diferidos	0	861
2.02.03.01	Imposto de Renda e Contribuição Social Diferidos	0	861
2.02.04	Provisões	40.728	38.100
2.02.04.01	Provisões Fiscais Previdenciárias Trabalhistas e Cíveis	2.758	2.250
2.02.04.01.04	Provisões Cíveis	2.758	2.250
2.02.04.02	Outras Provisões	37.970	35.850
2.02.04.02.04	Provisão para manutenção em rodovias	37.970	35.850
2.03	Patrimônio Líquido	429.045	363.007
2.03.01	Capital Social Realizado	381.289	311.289
2.03.04	Reservas de Lucros	47.756	51.718

DFs Individuais / Demonstração do Resultado**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Acumulado do Atual Exercício 01/01/2016 à 31/03/2016	Acumulado do Exercício Anterior 01/01/2015 à 31/03/2015
3.01	Receita de Venda de Bens e/ou Serviços	125.124	111.976
3.02	Custo dos Bens e/ou Serviços Vendidos	-112.755	-95.794
3.03	Resultado Bruto	12.369	16.182
3.04	Despesas/Receitas Operacionais	-3.654	-5.188
3.04.02	Despesas Gerais e Administrativas	-3.660	-5.188
3.04.02.01	Gerais e Administrativas	-3.298	-4.831
3.04.02.02	Remuneração da Administração	-362	-334
3.04.02.03	Tributárias	0	-23
3.04.04	Outras Receitas Operacionais	6	0
3.05	Resultado Antes do Resultado Financeiro e dos Tributos	8.715	10.994
3.06	Resultado Financeiro	-14.685	-6.805
3.06.01	Receitas Financeiras	868	2.579
3.06.01.01	Receitas Financeiras	868	2.579
3.06.02	Despesas Financeiras	-15.553	-9.384
3.06.02.01	Despesas Financeiras	-15.553	-9.384
3.07	Resultado Antes dos Tributos sobre o Lucro	-5.970	4.189
3.08	Imposto de Renda e Contribuição Social sobre o Lucro	2.012	-1.426
3.08.01	Corrente	0	-1.384
3.08.02	Diferido	2.012	-42
3.09	Resultado Líquido das Operações Continuadas	-3.958	2.763
3.11	Lucro/Prejuízo do Período	-3.958	2.763
3.99	Lucro por Ação - (Reais / Ação)		
3.99.01	Lucro Básico por Ação		
3.99.01.01	ON	-0,03170	0,01727
3.99.02	Lucro Diluído por Ação		
3.99.02.01	ON	-0,03170	0,01727

DFs Individuais / Demonstração do Resultado Abrangente**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Acumulado do Atual Exercício 01/01/2016 à 31/03/2016	Acumulado do Exercício Anterior 01/01/2015 à 31/03/2015
4.01	Lucro Líquido do Período	-3.958	2.763
4.03	Resultado Abrangente do Período	-3.958	2.763

DFs Individuais / Demonstração do Fluxo de Caixa - Método Indireto**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Acumulado do Atual Exercício 01/01/2016 à 31/03/2016	Acumulado do Exercício Anterior 01/01/2015 à 31/03/2015
6.01	Caixa Líquido Atividades Operacionais	15.241	12.155
6.01.01	Caixa Gerado nas Operações	23.643	19.632
6.01.01.01	Lucro Líquido do Período	-3.958	2.763
6.01.01.02	Depreciações e amortizações	11.180	8.952
6.01.01.05	Imposto de renda e contribuição social diferidos	-2.012	42
6.01.01.07	Receita com aplicações financeiras vinculadas	-223	-315
6.01.01.08	Juros e variações monetárias sobre mútuos	7.342	7.004
6.01.01.09	Juros e variações monetárias de empréstimo	7.100	1.141
6.01.01.11	Despesas / (receitas) financeiras dos ajustes a valor presente	630	-280
6.01.01.12	Constituição (reversão) de provisão para riscos cíveis, trabalhistas e fiscais.	534	362
6.01.01.13	Constituição (reversão) de provisão para manutenção	3.050	-37
6.01.02	Variações nos Ativos e Passivos	-9.387	-7.782
6.01.02.01	Contas a receber	-618	259
6.01.02.02	Contas a receber - partes relacionadas	44	257
6.01.02.03	Impostos a recuperar	-1.187	-1.591
6.01.02.05	Depósitos judiciais	-102	-117
6.01.02.06	Fornecedores	-2.035	932
6.01.02.07	Fornecedores - partes relacionadas	-486	-19
6.01.02.08	Cauções contratuais de fornecedores	-4.271	-6
6.01.02.09	Obrigações sociais	580	-405
6.01.02.10	Obrigações Fiscais	-1.833	1.245
6.01.02.11	Imposto de renda e contribuição social pagos	0	-987
6.01.02.15	Outras contas a pagar	1.649	-45
6.01.02.17	Taxa de Fiscalização	0	23
6.01.02.18	Riscos cíveis trabalhistas e fiscais	-26	0
6.01.02.19	Despesas antecipadas sobre empréstimos	0	-1.403
6.01.02.20	Pagamento de juros - federais	-1.102	-5.925
6.01.03	Outros	985	305
6.01.03.01	Estoques	0	52
6.01.03.02	Despesas antecipadas	1.068	211
6.01.03.04	Outros créditos	-83	42
6.02	Caixa Líquido Atividades de Investimento	-64.154	-72.878
6.02.01	Aquisições de itens do ativo imobilizado	0	-135
6.02.02	Aquisições de itens do intangível	-65.608	-73.067
6.02.04	Aplicação financeira vinculada	-4.225	-2.622
6.02.05	Valor resgatado das aplicações vinculadas	5.679	2.946
6.03	Caixa Líquido Atividades de Financiamento	49.193	-10.950
6.03.02	Pagamentos de empréstimos - principal	-20.807	-10.950
6.03.14	Aumento de capital	70.000	0
6.05	Aumento (Redução) de Caixa e Equivalentes	280	-71.673
6.05.01	Saldo Inicial de Caixa e Equivalentes	10.372	81.731
6.05.02	Saldo Final de Caixa e Equivalentes	10.652	10.058

DFs Individuais / Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido / DMPL - 01/01/2016 à 31/03/2016**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Capital Social Integralizado	Reservas de Capital, Opções Outorgadas e Ações em Tesouraria	Reservas de Lucro	Lucros ou Prejuízos Acumulados	Outros Resultados Abrangentes	Patrimônio Líquido
5.01	Saldos Iniciais	311.289	0	51.718	0	0	363.007
5.03	Saldos Iniciais Ajustados	311.289	0	51.718	0	0	363.007
5.04	Transações de Capital com os Sócios	70.000	0	0	0	0	70.000
5.04.01	Aumentos de Capital	70.000	0	0	0	0	70.000
5.05	Resultado Abrangente Total	0	0	0	-3.962	0	-3.962
5.05.01	Lucro Líquido do Período	0	0	0	-3.962	0	-3.962
5.07	Saldos Finais	381.289	0	51.718	-3.962	0	429.045

DFs Individuais / Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido / DMPL - 01/01/2015 à 31/03/2015**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Capital Social Integralizado	Reservas de Capital, Opções Outorgadas e Ações em Tesouraria	Reservas de Lucro	Lucros ou Prejuízos Acumulados	Outros Resultados Abrangentes	Patrimônio Líquido
5.01	Saldos Iniciais	224.289	0	61.205	0	0	285.494
5.03	Saldos Iniciais Ajustados	224.289	0	61.205	0	0	285.494
5.05	Resultado Abrangente Total	0	0	0	2.763	0	2.763
5.05.01	Lucro Líquido do Período	0	0	0	2.763	0	2.763
5.07	Saldos Finais	224.289	0	61.205	2.763	0	288.257

DFs Individuais / Demonstração do Valor Adicionado**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Acumulado do Atual Exercício 01/01/2016 à 31/03/2016	Acumulado do Exercício Anterior 01/01/2015 à 31/03/2015
7.01	Receitas	129.168	115.827
7.01.01	Vendas de Mercadorias, Produtos e Serviços	46.494	44.646
7.01.02	Outras Receitas	82.674	71.181
7.01.02.01	Receitas do Serviços de Construção	82.552	71.151
7.01.02.02	Outras	122	30
7.02	Insumos Adquiridos de Terceiros	-97.669	-85.727
7.02.04	Outros	-97.669	-85.727
7.02.04.01	Custos dos Serviços Prestados	-8.112	-9.370
7.02.04.02	Custos dos Serviços de Construção	-82.552	-71.151
7.02.04.03	Materiais, energia, serviços de terceiros e outros	-1.936	-3.520
7.02.04.04	Custos da Concessão	-1.844	-1.723
7.02.04.05	Custo de Provisão de Manutenção em Rodovias	-3.050	37
7.02.04.06	Outros	-175	0
7.03	Valor Adicionado Bruto	31.499	30.100
7.04	Retenções	-11.180	-8.952
7.04.01	Depreciação, Amortização e Exaustão	-11.180	-8.952
7.05	Valor Adicionado Líquido Produzido	20.319	21.148
7.06	Vlr Adicionado Recebido em Transferência	15.176	13.473
7.06.02	Receitas Financeiras	868	2.579
7.06.03	Outros	14.308	10.894
7.06.03.02	Juros Capitalizados	14.308	10.894
7.07	Valor Adicionado Total a Distribuir	35.495	34.621
7.08	Distribuição do Valor Adicionado	35.495	34.621
7.08.01	Pessoal	5.383	5.423
7.08.01.01	Remuneração Direta	3.929	4.157
7.08.01.02	Benefícios	1.166	997
7.08.01.03	F.G.T.S.	288	269
7.08.02	Impostos, Taxas e Contribuições	2.026	6.156
7.08.02.01	Federais	-298	3.932
7.08.02.03	Municipais	2.324	2.224
7.08.03	Remuneração de Capitais de Terceiros	20.042	13.275
7.08.03.01	Juros	7.100	849
7.08.03.02	Aluguéis	255	0
7.08.03.03	Outras	12.687	12.426
7.08.03.03.01	Juros Capitalizados	9.648	10.894
7.08.03.03.02	Despesas Financeiras	3.039	1.532
7.08.04	Remuneração de Capitais Próprios	-3.958	2.763
7.08.04.02	Dividendos	0	2.665
7.08.04.03	Lucros Retidos / Prejuízo do Período	-3.958	98
7.08.05	Outros	12.002	7.004
7.08.05.01	Juros Partes Relacionadas	12.002	7.004

Comentário do Desempenho

Autopista Fluminense

São Gonçalo-RJ, 11 de maio de 2016 – A Concessionária Autopista Fluminense S/A comenta seu resultado relativo ao primeiro trimestre de 2016 (1T16), findo em 31 de março de 2016. As informações financeiras e operacionais a seguir, exceto quando indicado em contrário, são apresentadas em Reais, estão de acordo com a Legislação Societária e incorporam as alterações trazidas pelas Leis nº 11.638/07 e nº 11.941/09 bem como os pronunciamentos emitidos pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis - CPC. Os valores e informações não constantes no balanço patrimonial, demonstrações do resultado e notas explicativas inseridas nas informações trimestrais não foram revisados pelos auditores independentes.

COMENTÁRIO DE DESEMPENHO OPERACIONAL E FINANCEIRO

Tráfego Pedagiado (Veículos Equivalentes)

- No 1T16 o tráfego pedagiado foi de 10.958 mil veículos equivalentes. Em relação ao 1T15 o tráfego foi 10,4% inferior. Na comparação com o 4T15 houve uma redução de 4,1%. A redução em relação ao 1T15 e 4T15 se deve a desaceleração da economia e o desempenho da atividade econômica nacional e regional.

Receita Operacional Bruta

- No 1T16 a Autopista Fluminense obteve uma receita operacional bruta de R\$ 129,2 milhões contra R\$ 126,2 milhões do 4T15 e R\$ 115,9 milhões do 1T15. A receita bruta de pedágio registrou um acréscimo de 4,1% em comparação ao mesmo período de 2015 (R\$ 46,5 milhões x R\$ 44,6 milhões) que se justifica pelo reajuste da tarifa de pedágio realizado em fevereiro de 2016. Compõe a variação da Receita Bruta as Receitas de Obras que resultou um acréscimo de 16% em comparação a 2015 devido ao maior volume de obras executadas no período.

Custos e Despesas

- Os custos e despesas operacionais aumentaram 14,3% em relação ao 1T15. O maior impacto desse aumento se deve ao Custo dos Serviços de Construção que ficou 16% acima do 1T15 (R\$ 82,5 milhões x R\$ 71,1 milhões), em função do maior volume de obras executadas nesse período, sendo a contrapartida dos mesmos valores considerados como Receita de Obras anulando assim o efeito sobre o resultado da Companhia (aplicação do ICPC 01). O Custo dos Serviços Prestados ficou 1,5% acima (R\$ 15,9 milhões x R\$ 15,7 milhões); Em contrapartida a esse aumento as Despesas Administrativas tiveram uma redução de 32,2%(R\$ 3,2 milhões x R\$ 4,8 milhões).

EBITDA e EBITDA Ajustado

- A Companhia registrou EBITDA de R\$ 19,9 milhões no 1T16 com um aumento de 49,2% se comparamos aos R\$ 13,9 milhões apresentado no 4T15, comparado ao mesmo período do ano passado permaneceu estável.
- O EBITDA Ajustado, excluindo os efeitos da provisão de manutenção de rodovias advinda da adoção do ICPC01, encerrou o 1T16 em R\$ 22,9 milhões, com aumento de 15,2% em relação ao 1T15 e aumento de 40,5% em relação ao 4T15. Essa variação foi gerada, principalmente, pelos maiores custos registrados no período.

Comentário do Desempenho

Autopista Fluminense

Resultado Financeiro

- O resultado financeiro líquido do 1T16 foi negativo em R\$ 14,6 milhões, decorrente principalmente dos juros sobre o empréstimo com o BNDES, pelos juros sobre mútuos com a controladora e debêntures. No 1T15 o resultado financeiro líquido também foi negativo em R\$ 8,9 milhões.

Lucro/ Prejuízo Líquido

- A Autopista Fluminense obteve no 1T16 um prejuízo de R\$ 3,9 milhões contra lucro registrado no 1T15 de R\$ 2,7 milhões. O resultado está justificado principalmente pelos maiores custos registrados no período.

Endividamento

- O endividamento bruto da concessionária encerrou o 1T16 em R\$ 695 milhões, ante R\$ 633,2 milhões registrado no 1T15, devido às liberações de subcréditos do empréstimo de longo prazo contratado junto ao BNDES. Já o endividamento líquido encerrou 1T16 em R\$ 684,4 milhões contra R\$ 623,2 milhões do 1T15 devido também às liberações do empréstimo com o BNDES.

Investimentos

- No 1T16, foram investidos R\$ 65,6 milhões em cumprimento do cronograma de investimentos do contrato de concessão. Entre os principais investimentos realizados, cabe destacar as seguintes obras: duplicação da BR-101/RJ, entre os municípios de Macaé e Campos dos Goytacazes e a terceira faixa da Avenida do Contorno; recuperação do pavimento da rodovia; construção de passarelas e implantação de pórticos e pontos de ônibus.

Comentário do Desempenho

Autopista
Fluminense

ANEXO 1 – TABELA DRE

Veículos Equivalentes	1T16	4T15	1T15	Var% 1T16/4T15	Var% 1T16/1T15
Fluminense	10.958	11.431	12.225	-4,1%	-10,4%

DEMONSTRAÇÃO DOS RESULTADOS					
(em R\$ Mil)					
	1T16	4T15	1T15	Var% 1T16/4T15	Var% 1T16/1T15
RECEITA OPERACIONAL BRUTA	129.162	126.210	115.827	2,3%	11,5%
Receitas de pedágio	46.494	43.464	44.646	7,0%	4,1%
Receitas de obras	82.552	82.571	71.151	0,0%	16,0%
Receitas acessórias	116	175	30	-33,7%	286,7%
DEDUÇÕES DA RECETA	(4.038)	(3.761)	(3.851)	7,4%	4,9%
RECEITA OPERACIONAL LÍQUIDA	125.124	122.449	111.976	2,2%	11,7%
CUSTOS E DESPESAS	(105.229)	(109.119)	(92.030)	-3,6%	14,3%
Custos dos serv. prestados (excl. amortização e depreciação)	(15.994)	(17.133)	(15.752)	-6,6%	1,5%
Custo dos serv. de construção	(82.552)	(82.571)	(71.151)	0,0%	16,0%
Despesas administrativas (excl. amortização e depreciação)	(3.277)	(6.053)	(4.830)	-45,9%	-32,2%
Remuneração da administração	(362)	(362)	(334)	0,0%	8,4%
Despesas tributárias	-	-	-	-	-
Provisão para manutenção em rodovias	(3.050)	(3.000)	37	1,7%	-8343,2%
Outras receitas/despesas operacionais, líquidas	6	-	-	-	-
EBITDA	19.895	13.330	19.946	49,2%	-0,3%
Margem EBITDA	15,9%	10,9%	17,8%		
DEPRECIACIONES E AMORTIZACIONES	(11.180)	(10.786)	(8.952)	3,7%	24,9%
Depreciação de imobilizado	(21)	8	(24)	-362,5%	-12,5%
Amortização do intangível	(10.525)	(10.160)	(8.294)	3,6%	26,9%
Amortização do diferido	(634)	(634)	(634)	0,0%	0,0%
RESULTADO FINANCEIRO	(14.685)	(12.882)	(6.805)	14,0%	115,8%
Receitas financeiras	868	1.261	2.579	-31,2%	-66,3%
Despesas financeiras	(15.553)	(14.143)	(9.384)	10,0%	65,7%
LUCRO ANTES DOS EFEITOS TRIBUTÁRIOS	(5.970)	(10.338)	4.189	-42,2%	-242,5%
IMPOSTO DE RENDA E CONTRIBUIÇÃO SOCIAL	2.012	3.453	(1.426)	-41,7%	-241,1%
Corrente	-	814	(1.384)	-	-
Diferido	2.012	2.639	(42)	-23,8%	-4890,5%
LUCRO LÍQUIDO DO PERÍODO	(3.958)	(6.885)	2.763	-42,5%	-243,3%

EBITDA AJUSTADO					
(em R\$ Mil)					
	1T16	4T15	1T15	Var% 1T16/4T15	Var% 1T16/1T15
EBITDA ¹	19.895	13.330	19.946	49,2%	-0,3%
(+) Provisão para manutenção de rodovias	3.050	3.000	(37)	1,7%	-8343,2%
EBITDA Ajustado ²	22.945	16.330	19.909	40,5%	15,2%

1) EBITDA (Earnings before Interest, Taxes, Depreciation and Amortization): medida de desempenho operacional dada pelo Lucro antes dos Juros, Impostos, Depreciação e Amortização (LAJIDA). O EBITDA não é medida utilizada nas práticas contábeis e também não representa fluxo de caixa para os períodos apresentados, não devendo ser considerado como alternativa ao fluxo de caixa na qualidade de indicador de liquidez. O EBITDA não tem significado padronizado e, portanto, não pode ser comparado ao EBITDA de outras companhias.

2) Considera ajuste referente à provisão p/ manutenção de rodovias, de acordo com pronunciamento contábil ICPC 01.

A Concessionária Autopista Fluminense S/A é uma empresa controlada pela Arteris S.A., sociedade de capital aberto listada no Novo Mercado. Para maiores informações sobre o Grupo, consultar os [websites www.arteris.com.br](http://www.arteris.com.br) e www.cvm.gov.br (neste acessar, em “acesso rápido”, o item “ITR, DFP, IAN, FC, FR e outras informações”).

Notas Explicativas

AUTOPISTA FLUMINENSE S.A.

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS INFORMAÇÕES TRIMESTRAIS REFERENTE AO PERÍODO FINDO EM 31 DE MARÇO DE 2016

(Valores expressos em milhares de reais - R\$, exceto quando de outra forma mencionado)

1. CONTEXTO OPERACIONAL

A Autopista Fluminense S.A. (“Sociedade”) é uma sociedade por ações, domiciliada no município de São Gonçalo, Estado de Rio de Janeiro, Brasil, situada na Avenida São Gonçalo nº 100 - Unidade 101. Constituída em Assembleia Geral de 19 de dezembro de 2007, sua controladora e “holding” é a Arteris S.A. A Sociedade tem como objeto social único a exploração do lote rodoviário-BR-101/RJ, compreendendo o trecho entre a divisa do RJ/ES e Ponte Presidente Costa e Silva, objeto do processo de licitação correspondente ao Lote 04, em conformidade com o Edital de Licitação nº 004/007, publicado pela ANTT - Agência Nacional de Transportes Terrestres, sob a forma de concessão de serviço público pelo prazo de 25 anos iniciado em 14 de fevereiro de 2008, não sendo admitida a prorrogação do prazo de concessão, precedida da execução de obras públicas para recuperação, manutenção, monitoramento, conservação, operação, ampliação e melhorias da rodovia.

A Sociedade é uma subsidiária “estrategicamente importante” para o seu acionista controlador Arteris S.A., a qual continuará garantindo a execução de seu programa de investimentos no portfólio atual de concessões. A Sociedade encontra-se em fase inicial onde há necessidade de um alto volume de investimentos. Por isso, a Sociedade necessita captar recursos tanto de terceiros como do seu acionista Arteris S.A. O grupo Arteris conta com uma qualidade de crédito que reflete a combinação da solidez econômica das suas subsidiárias e a capacidade de gerarem caixa para prover recursos suficientes, de modo que a Sociedade possa lidar com suas obrigações e, ainda, continuar realizando os investimentos necessários, de acordo com os contratos de concessão assinados.

No período de três meses findo em 31 de março de 2016 não ocorreram mudanças no contexto operacional em relação ao exercício findo em 31 de dezembro de 2015.

A emissão das informações trimestrais da Sociedade foi aprovada pela Diretoria em 11 de maio de 2016.

2. CONCESSÕES

No período de três meses findo em 31 de março de 2016 não ocorreram mudanças no contrato de concessão em relação a 31 de dezembro de 2015, além do mencionado abaixo:

O valor anual, a título de verba de fiscalização, é de R\$2.665. A partir de 31 de março de 2016 até o final do período de concessão, a Sociedade deverá recolher o montante de R\$44.861 a valor nominal, corrigido pelo IPCA conforme determinado no contrato de concessão.

A Sociedade estima em 31 de março de 2016, o montante de R\$864.216 (R\$934.119 em 31 de dezembro de 2015 referente a investimentos para melhorias na infraestrutura, e de R\$406.341 (R\$399.762 em 31 de dezembro de 2015 referente a recuperações e manutenções, a valores atuais, para cumprir com as obrigações até o final do contrato de concessão. Os valores referentes a 31 de março de 2016 poderão ser alterados em razão de adequações contratuais e revisões periódicas das estimativas de custos no decorrer do período de concessão.

Notas Explicativas

3. BASE PARA PREPARAÇÃO

Declaração de conformidade

As informações trimestrais foram elaboradas e estão sendo apresentadas em conformidade com o Pronunciamento Técnico CPC 21 (R1) - Demonstração Intermediária, e também de forma condizente com as normas expedidas pela Comissão de Valores Mobiliários, aplicáveis à elaboração das Informações Trimestrais - ITR.

A Administração da Sociedade apresenta todas as informações relevantes das informações trimestrais, e essas informações correspondem as utilizadas por ela na sua gestão.

As demais informações relativas a: base de mensuração; moeda funcional e moeda de apresentação; uso de estimativa e julgamento, estão consistentes com aquelas adotadas e divulgadas nas demonstrações financeiras referente ao exercício findo em 31 de dezembro de 2015 e, portanto, ambas devem ser lidas em conjunto.

4. PRINCIPAIS PRÁTICAS CONTÁBEIS

As práticas contábeis adotadas na elaboração das informações financeiras trimestrais têm sido aplicadas de maneira consistente com aquelas divulgadas demonstrações financeiras da Sociedade referentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2015 ,e portanto, devem ser lidas em conjunto, considerando as atualizações abaixo.

Passivos ajustados ao seu valor presente

Os saldos reais e a valor presente de passivos, circulante e não circulante, nas datas dos balanços estão demonstrados a seguir:

<u>Circulantes</u>	<u>31.03.2016</u>	<u>31.12.2015</u>
Provisão para investimento em rodovias - real	19.584	20.907
Provisão para investimento em rodovias a valor presente	19.471	20.712
Efeito do ajuste a valor presente	<u>(113)</u>	<u>(195)</u>
Provisão para manutenção em rodovias - real	1.595	-
Provisão para manutenção em rodovias a valor presente	1.479	-
Efeito do ajuste a valor presente	<u>(116)</u>	<u>-</u>
<u>Não circulantes</u>		
Provisão para manutenção em rodovias - real	44.240	42.250
Provisão para manutenção em rodovias a valor presente	37.970	35.850
Efeito do ajuste a valor presente	<u>(6.270)</u>	<u>(6.400)</u>

A recomposição dos saldos aos seus valores reais nas datas dos balanços pela passagem do tempo é reconhecida como despesa financeira no resultado do exercício.

Notas Explicativas**5. CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA**

Estão representados por:

	<u>31.03.2016</u>	<u>31.12.2015</u>
Caixa e contas bancárias	1.335	2.116
Aplicações financeiras (*)	<u>9.317</u>	<u>8.256</u>
Total	<u>10.652</u>	<u>10.372</u>

(*) Representadas por aplicações com liquidez imediata, essas aplicações se referem a fundo de investimento exclusivo, composto basicamente por títulos públicos federais e títulos atrelados ao CDI, com insignificante risco de mudança de valor e vencimento inferior a 90 dias da data da aquisição.

As aplicações financeiras são remuneradas na média a 100,53% da variação do CDI no exercício.

6. CONTAS A RECEBER

Estão representados por:

	<u>31.03.2016</u>	<u>31.12.2015</u>
Pedágio eletrônico a receber (*)	8.951	8.378
Cartões de pedágio a receber	384	351
Receitas acessórias a receber	<u>13</u>	<u>1</u>
Total	<u>9.348</u>	<u>8.730</u>

(*) Conforme nota explicativa nº 23.c.

A Administração da Sociedade não identificou a necessidade de reconhecimento de provisão para perdas com recebíveis em 31 de março de 2016. O prazo médio de vencimento é de 30 dias.

Notas Explicativas**7. IMPOSTO DE RENDA E CONTRIBUIÇÃO SOCIAL DIFERIDOS**

Estão representados por:

<u>Passivo não circulante</u>	<u>31.03.2016</u>	<u>31.12.2015</u>
Bases do passivo diferido:		
Prejuízo fiscal (a)	5.301	4.297
Provisão de participação nos lucros	2.669	2.390
Riscos cíveis, trabalhistas e fiscais (b)	2.758	2.250
Outras provisões	463	1.263
Provisão para manutenção	39.449	35.850
Ajuste dos encargos financeiros	7.703	7.189
Ajustes referentes a mudanças de práticas contábeis - adoção Lei 12.973/14 (c)		
Diferenças passivas de intangível, diferido e imobilizado, líquidas	(59.598)	(59.598)
Amortização passiva dos ajustes - mudança de práticas contábeis	4.061	3.248
Estorno de capitalização de juros	578	578
Base de cálculo	<u>3.384</u>	<u>(2.533)</u>
Alíquota nominal combinada	<u>34%</u>	<u>34%</u>
Total do imposto de renda e contribuição social	<u>1.151</u>	<u>(861)</u>

- a) Refere-se ao prejuízo fiscal e à base negativa de contribuição social, suportados por projeções de resultados tributáveis futuros.
- b) Referem-se a provisões para riscos cíveis, trabalhistas e fiscais de reclamações pendentes de resoluções.
- c) A partir de 1º de janeiro de 2015 a Sociedade congelou os saldos referente às mudanças de práticas contábeis, adotando a Lei no 12.973/14. Desta forma, passou a amortizar o saldo residual dos ajustes referentes a mudanças de práticas contábeis até o final do período da concessão.

As perspectivas futuras dos negócios da Sociedade traduzidas em suas projeções de resultados constituem-se previsões de sua Administração. Portanto, são dependentes de variáveis de mercado e estão sujeitas a mudanças.

A expectativa de recuperação da totalidade dos créditos e o efetivo pagamento dos débitos tributários diferidos, indicados pelas projeções de resultado tributável, serão em 2016.

Notas Explicativas

8. APLICAÇÕES FINANCEIRAS VINCULADAS

A Sociedade mantém aplicações financeiras vinculadas para cumprir obrigações contratuais referentes a empréstimos e financiamentos. Abaixo se encontra breve descrição dessas obrigações:

BNDES

A Sociedade deve depositar em conta pagamento de instituição financeira 50% da arrecadação das praças de pedágio. Estes recursos são utilizados para pagamento do serviço da dívida e manutenção do mínimo obrigatório da conta reserva. Após o cumprimento legal das obrigações contratuais os recursos excedentes são transferidos para conta corrente livre.

A Sociedade deve manter depositada em conta de reserva de instituição financeira, até a liquidação de todas as obrigações assumidas no contrato de financiamento junto ao BNDES, o valor mínimo equivalente a três vezes o valor da última prestação vencida do serviço da dívida, incluindo pagamentos de principal, juros e demais acessórios da dívida decorrente do contrato de financiamento. Este valor será sempre recalculado no dia posterior ao de cada pagamento das prestações mensais.

Em 31 de março de 2016 o saldo é de R\$3.537 e em 31 de dezembro de 2015 era de R\$ 4.769, e essas aplicações financeiras vinculadas foram remuneradas em média a 97,10% da variação do CDI.

Notas Explicativas

9. IMOBILIZADO

A movimentação em 31 de março de 2016 é como segue:

	Móveis, Utensílios e Instalações	Computadores e Periféricos	Veículos	Instalações, Edifícios e Dependências	Máquinas e Equipamentos	Total
<u>Custo do imobilizado</u>						
Saldo em 31.12.2015	617	985	22	594	1.418	3.636
Adições	-	-	-	-	34	34
Transferências / Reclassificações	-	13	-	-	(8)	5
Saldo em 31.03.2016	<u>617</u>	<u>998</u>	<u>22</u>	<u>594</u>	<u>1.444</u>	<u>3.675</u>
<u>Depreciação acumulada</u>						
Saldo em 31.12.2015	(294)	(360)	(9)	(365)	(496)	(1.524)
Depreciações	(15)	(10)	-	(15)	(37)	(77)
Saldo em 31.03.2016	<u>(309)</u>	<u>(370)</u>	<u>(9)</u>	<u>(380)</u>	<u>(533)</u>	<u>(1.601)</u>
<u>Imobilizado líquido</u>						
Saldo em 31.12.2015	323	625	13	229	922	2.112
Saldo em 31.03.2016	308	628	13	214	911	2.074
Taxas de depreciação - a.a.	10%	20%	20%	4%	10%	

Notas Explicativas

10. INTANGÍVEL

A movimentação em 31 de março de 2016 é como segue:

	Intangível em rodovias – obras e serviços (a)	Software	Intangível em andamento (b)	Adiantamento fornecedores	Total
<u>Custo do intangível</u>					
Saldo em 31.12.2015	798.267	1.181	739.930	142	1.539.520
Adições	-	-	98.170	-	98.170
Transferências / Reclassificações	19.423	-	(19.428)	-	(5)
Saldo em 31.03.2016	<u>817.690</u>	<u>1.181</u>	<u>818.672</u>	<u>142</u>	<u>1.637.685</u>
<u>Amortização acumulada</u>					
Saldo em 31.12.2015	(95.879)	(479)	-	-	(96.358)
Amortizações	(10.465)	(9)	-	-	(10.474)
Saldo em 31.03.2016	<u>(106.344)</u>	<u>(488)</u>	<u>-</u>	<u>-</u>	<u>(106.832)</u>
<u>Intangível líquido</u>					
Saldo em 31.12.2015	702.388	702	739.930	142	1.443.162
Saldo em 31.03.2016	711.346	693	818.672	142	1.530.853
Taxas de amortização - a.a.	3,6%	20%			

(a) Refere-se a obras e serviços realizados nas rodovias, tais como pavimentação, duplicação, marginais, acostamentos, canteiros centrais, obras de arte especiais, terraplenagem, implantação de sistema de arrecadação e monitoramento de tráfego, sinalização e outros, sendo amortizados linearmente prospectivamente a partir de 1º de janeiro de 2015 até o final do período da concessão. Até 31 de dezembro de 2014, a amortização era feita com base na curva de tráfego até o prazo final da concessão.

(b) Refere-se a obras em andamento tendo como a principal a duplicação da BR 101/RJ.

Notas Explicativas**11. DIFERIDO**

É representado por:

	<u>31.03.2016</u>	<u>31.12.2015</u>
Gastos pré-operacionais:		
Pessoal/administradores	4.496	4.496
Consumo	4.298	4.298
Custos contratuais da concessão	3.549	3.549
Depreciações e amortizações	80	80
Conservação da rodovia	10.847	10.847
Serviços de terceiros	1.207	1.207
Tributários	1.240	1.240
Resultados financeiros	(351)	(351)
Outros gastos	(12)	(12)
	<u>25.354</u>	<u>25.354</u>
Amortização acumulada	<u>(17.608)</u>	<u>(16.979)</u>
	<u>7.746</u>	<u>8.375</u>

Refere-se a gastos pré-operacionais representados por estudos de viabilidade, reformas e obras nas faixas de domínio necessárias para equalização de necessidade de reparos emergenciais nas rodovias e serviços prestados de acordo com o estabelecido nos contratos de concessão, incorridos até 31 de dezembro de 2008. Os gastos pré-operacionais são amortizados em dez anos, conforme a expectativa de retorno desses gastos pela Administração da Sociedade, de acordo com a Lei nº 11.941/09.

12. EMPRÉSTIMOS E FINANCIAMENTOS

Estão representados por:

	Encargos anuais	Vencimento final	31.03.2016		31.12.2015	
			Circulante	Não circulante	Circulante	Não circulante
Financiamento de investimentos (BNDES) (a)	TJLP + 2,45% a.a.	novembro/2026	43.657	656.053	37.302	666.467
			<u>43.657</u>	<u>656.053</u>	<u>37.302</u>	<u>666.467</u>
Custo de transação			(790)	(3.850)	(945)	(3.889)
Total			<u>42.867</u>	<u>652.203</u>	<u>36.357</u>	<u>662.578</u>

TJLP - Taxa de Juros de Longo Prazo.

- a) Contrato de abertura de crédito firmado com o Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social - BNDES para financiamento das obras e dos serviços de recuperação, melhoramento, manutenção, conservação, ampliação, operação e exploração de rodovias.

Notas Explicativas

Em 31 de março de 2016, as parcelas de longo prazo relativas aos empréstimos e financiamentos apresentavam os seguintes vencimentos:

<u>Ano de vencimento</u>	
2016 (após setembro)	39.866
2017	57.835
2018	62.715
2019	68.007
A partir de 2020	423.779
	<u>652.203</u>

Em 31 de março de 2016 não houve alteração nas cláusulas restritivas contidas nas demonstrações financeiras de 31 de dezembro de 2015..

O item “h” das cláusulas restritivas do contrato firmado com o BNDES prevê que:

A Sociedade não deve realizar distribuição de dividendos, pagamento de juros sobre o capital próprio, pagamento de juros dos mútuos, ou amortização de principal desses mútuos quando o Índice de Cobertura do Serviço da Dívida - ICSD for inferior a 1,3, o qual será calculado de acordo com a seguinte fórmula:

$$ICSD = \left(\frac{\text{Geração de Caixa da Atividade}}{\text{Serviço da Dívida}} \right)$$

Onde:

Geração de Caixa da Atividade	Serviço da Dívida	EBITDA
(+) EBITDA	(+) Amortização de principal	(+) Lucro líquido
(-) Imposto de renda	(+) Pagamentos de juros	(+) Despesa/receita financeira líquida
(-) Contribuição social		(+) Depreciações e amortizações
		(+) Provisão para imposto de renda e contribuição social
		(+) Outras despesas/receitas líquidas não operacionais

Em 31 de março de 2015 a Sociedade apresenta seu índice de Cobertura do Serviço da Dívida - ICSD abaixo de 1,3. Conforme mencionado, no entanto, a Sociedade não realizou nenhuma ação que descumpra esta cláusula restritiva.

A Sociedade está cumprindo todas as cláusulas restritivas na data das informações trimestrais. O valor justo dos empréstimos registrados no passivo circulante e não circulante é próximo de seu valor contábil, uma vez que o impacto do desconto não é significativo, tendo em vista que as taxas de descontos são substancialmente semelhantes às contratadas.

Notas Explicativas

13. FORNECEDORES

Em 31 de março de 2016, o saldo de R\$14.900 (R\$16.231 em 31 de dezembro de 2015) refere-se a fornecedores e prestadores de serviços relacionados predominantemente à concessão e inclui gastos com aquisição de estoques e itens do imobilizado e execução de obras na rodovia.

14. TRANSAÇÕES COM PARTES RELACIONADAS

As transações efetuadas com a controladora e partes relacionadas são relativas a contratos de serviços de construção, execução de obras, despesas administrativas e mútuos para capital de giro.

Os saldos em 31 de março de 2016 e 31 de dezembro de 2015 e as transações realizadas nos períodos findos em 31 de março de 2016 e de 2015, com a controladora e partes relacionadas, com as quais ocorreram operações, estão demonstrados a seguir:

	<u>31.03.2016</u>	<u>31.12.2015</u>
<u>Ativo circulante</u>		
Contas a receber:		
Arteris S.A. (a)	-	44
Total	<u>-</u>	<u>44</u>
<u>Passivo circulante</u>		
Empréstimo:		
Mútuos - Arteris S.A. (g)	23.986	22.607
Contas a pagar:		
Arteris S.A. (b)	799	1.186
Fornecedores:		
Latina Manutenção de Rodovias Ltda. (c)	13.540	41
Latina Sinalização de Rodovias Ltda. (c)	-	286
Total	<u>38.325</u>	<u>24.120</u>
<u>Passivo não circulante</u>		
Empréstimo:		
Mútuos - Arteris S.A. (g)	186.824	181.961
Debêntures:		
Debêntures - Arteris S.A. (f)	131.112	127.151
Total	<u>317.936</u>	<u>309.112</u>

Notas Explicativas

Contas de Resultado:	31.03.2016			31.03.2015		
	Conservação da rodovia (c)	Despesas financeiras (f) (g)	Despesas gerais (a) (b)	Conservação da rodovia (c)	Despesas financeiras (f) (g)	Despesas gerais (a) (b)
Arteris S.A.	-	7.342	816	-	7.004	757
Latina Manutenção de Rodovias	-	-	-	6	-	-
Total	-	<u>7.342</u>	<u>816</u>	<u>6</u>	<u>7.004</u>	<u>757</u>

a) Refere-se a despesas administrativas das concessionárias pagas pela Sociedade, que serão reembolsadas.

b) Refere-se a rateios de custos e despesas administrativas entre empresas do Grupo Arteris.

c) Refere-se a prestação de serviços direcionados à manutenção e conservação inicial da malha rodoviária concedida para a Sociedade.

d) Refere-se a instrumento particular de escrita de 2^a, 3^a e 4^a emissões de debêntures, de série únicas, não conversíveis em ações, da espécie subordinada, celebrado entre a Autopista Fluminense S.A (Emissora) e Arteris S.A (Debenturista), cuja destinação de recursos será para a execução do plano de investimentos da Sociedade. Os referidos títulos serão remunerados a taxa de juros equivalente a 100% da variação do CDI acrescida de *spread* de 1,5% ao ano, com vencimento do principal e juros previstos respectivamente para 10 de abril 2017, 03 de julho de 2017 e 19 de outubro de 2017.

Data da Liberação	Vencimento	Encargos	Valor do principal	Juros	
				31.03.2016	31.12.2015
10.04.2015	abril/2017	CDI + 1,5% a.a.	72.004	8.932	6.479
03.07.2015	julho/2017	CDI + 1,5% a.a.	12.000	1.166	769
19.10.2015	outubro/2017	CDI + 1,5% a.a.	35.000	2.010	899
			<u>119.004</u>	<u>12.108</u>	<u>8.147</u>

(g) Decorrentes de contratos de mútuo passivo obtidos para financiamento das operações da Sociedade, com taxa de juros equivalente a 100% da variação do CDI mais encargos de 1,037% a 1,70% ao ano com vencimentos de juros, a partir de dezembro de 2016 e do principal a partir de dezembro de 2017, conforme demonstrados a seguir:

Notas Explicativas

Data da Liberação	Vencimento	Encargos	31.03.2016		31.12.2015	
			Valor do principal	Juros	Valor do principal	Juros
06/10/2008	dezembro/2017	CDI + 1,037% a.a.	8.000	8.119	8.000	7.651
27/10/2008	dezembro/2017	CDI + 1,037% a.a.	9.000	9.007	9.000	8.485
05/11/2008	dezembro/2017	CDI + 1,037% a.a.	6.000	5.966	6.000	5.619
27/11/2008	dezembro/2017	CDI + 1,037% a.a.	7.000	6.859	7.000	6.457
05/12/2008	dezembro/2017	CDI + 1,037% a.a.	5.000	4.872	5.000	4.586
19/12/2008	dezembro/2017	CDI + 1,037% a.a.	8.000	7.723	8.000	7.267
13/09/2013	dezembro/2017	CDI + 1,7% a.a.	18.000	5.821	18.000	5.098
20/12/2013	dezembro/2017	CDI + 1,7% a.a.	20.000	5.845	20.000	5.060
15/01/2014	janeiro/2017	CDI + 1,7% a.a.	20.000	5.519	20.000	4.759
10/02/2014	fevereiro/2017	CDI + 1,7% a.a.	20.000	5.345	20.000	4.591
15/05/2014	maio/2017	CDI + 1,7% a.a.	20.000	4.734	20.000	3.995
			<u>141.000</u>	<u>69.810</u>	<u>141.000</u>	<u>63.568</u>

No decorrer do período findo em 31 de março de 2016, a Sociedade reconheceu o montante de R\$362 (R\$334 em 31 de março de 2015), a título de remuneração de seus administradores. Os administradores, não obtiveram ou concederam empréstimos à Sociedade e a suas partes relacionadas, bem como não possuem benefícios indiretos significativos.

A Sociedade concede a seus empregados a participação no lucro e resultado anual. O cálculo desta participação baseia-se no alcance de metas empresariais e objetivos específicos, estabelecidos, aprovados e divulgados no início de cada exercício e seu pagamento efetuado no exercício seguinte conforme mensuração do atingimento das metas e objetivos. Durante o exercício corrente as provisões contábeis são apuradas mensalmente em bases estimadas e apropriadas ao resultado, tendo como contrapartida as obrigações sociais. Os saldos de provisão para Participação nos Lucros e Resultados (PLR) registrados em 31 de março de 2016 e 31 de dezembro de 2015, respectivamente, na rubrica “Obrigações sociais” são de R\$2.669 e R\$2.390.

Participam do programa anual todos os empregados ativos e empregados desligados para o exercício que trabalharam durante o exercício social. No caso de empregados desligados participam aqueles com desligamento sem justa causa.

O cálculo da participação baseia-se em metas empresariais e objetivos específicos sobre os quais são atribuídos pesos conforme tabelas específicas. As metas, objetivos e pesos, resumem-se principalmente em cumprimento do orçamento de despesas e receitas, EBITDA consolidado e por empresa, além de avaliações individuais baseadas em competência técnica e comprometimento com qualidade.

A Sociedade provê a seus empregados benefícios de assistência médica, reembolso odontológico e seguro de vida, enquanto permanecem com vínculo empregatício. Tais benefícios são parcialmente custeados pelos empregados de acordo com sua categoria profissional e utilização dos respectivos planos. Esses benefícios são registrados como custos ou despesas quando incorridos.

Em relação às transações realizadas com partes relacionadas, sempre que necessário essas transações são submetidas ao Conselho de Administração para aprovação, nos termos do Estatuto Social. As operações e os negócios celebrados pela Sociedade com partes relacionadas

Notas Explicativas

estão sujeitos aos encargos financeiros descritos anteriormente, que são compatíveis com as taxas praticadas no país.

15. PROVISÕES

Riscos cíveis, trabalhistas e fiscais

A Sociedade tem reclamações judiciais pendentes de resolução e correspondentes, fundamentalmente, a ações cíveis derivadas de responsabilidade civil em relação aos usuários das rodovias, bem como a processos trabalhistas.

A Administração constituiu, com base na opinião de seus advogados, uma provisão para cobrir as perdas que provavelmente possam decorrer das referidas ações judiciais e estima que a decisão final destas não afete significativamente o fluxo de caixa, a posição financeira e o resultado das operações da Sociedade.

A movimentação do saldo dos riscos cíveis, trabalhistas e fiscais durante o período findo em 31 de março de 2016 é conforme segue:

	<u>31.12.2015</u>	<u>Adições</u>	<u>Reversões</u>	<u>Utilizações</u>	<u>31.03.2016</u>
Cíveis	2.153	540	-	(23)	2.670
Trabalhistas	<u>97</u>	<u>11</u>	<u>(17)</u>	<u>(3)</u>	<u>88</u>
Total	<u><u>2.250</u></u>	<u><u>551</u></u>	<u><u>(17)</u></u>	<u><u>(26)</u></u>	<u><u>2.758</u></u>

Adicionalmente, a Sociedade é parte em processos cíveis e trabalhistas ainda em andamento, advindos do curso normal de suas operações, classificados como de risco possível por seus advogados, para os quais não foram constituídas provisões. Tais processos representam os montantes de R\$783 e R\$61, respectivamente (R\$750 e R\$59 em 31 de dezembro de 2015).

Os depósitos judiciais nos montantes de R\$7.377 (R\$7.275 em 31 de dezembro de 2015) classificados no ativo não circulante referem-se a discussões judiciais para as quais não há provisão registrada, em virtude de o respectivo risco ser classificado como possível ou remoto. Este saldo é composto em sua maioria por autos de infrações impostos pela ANTT.

Provisão para manutenção e investimentos

A contabilização das provisões de manutenção e de investimentos nas rodovias é calculada, respectivamente, com base na melhor estimativa de gastos a serem incorridos com reparos e substituições e serviços de construção e melhorias, sendo na provisão de investimentos considerados os valores até o final da concessão e na de manutenção considerados os valores da próxima intervenção.

Notas Explicativas

A movimentação do saldo das provisões para manutenção e investimento durante o exercício findo em 31 de março de 2016 é conforme segue:

	Circulante		Não circulante
	Investimentos em rodovia	Manutenção em rodovia	Manutenção em rodovia
Saldos em 31.12.2015	20.712	-	35.850
Adições	-	(4)	3.054
Utilizações	(1.322)	-	-
Ajuste a valor presente	81	-	549
Transferências	-	1.483	(1.483)
Saldo em 31.03.2016	19.471	1.479	37.970

16. PATRIMÔNIO LÍQUIDO

- a) O capital social em 31 de março de 2016 e 31 de dezembro de 2015 é de R\$381.289 e R\$311.289 respectivamente. As ações ordinárias sem valor nominal em 31 de março de 2016 estão demonstradas a seguir:

	31.03.2016		
	Quantidade de ações subscritas	Quantidade de ações integralizadas	Participação - %
Arteris S.A.	249.821.758	249.821.758	100%

Cada ação tem direito a um voto nas deliberações da Assembleia Geral.

A Sociedade aprovou em Assembleia Geral os aumentos de capital conforme segue:

Data da Integralização	Forma de Integralização	Valor	Quantidade de ações Integralizadas
21.01.2016	Dinheiro	20.000	11.494.253
05.02.2016	Dinheiro	5.000	2.891.845
22.02.2016	Dinheiro	25.000	14.619.883
21.03.2016	Dinheiro	20.000	11.627.907
		70.000	40.633.888

- b) Reservas de lucros e distribuição de dividendos:

Reserva legal e retenção de lucros

O estatuto social da Sociedade prevê que o lucro líquido do exercício, após a destinação da reserva legal, na forma da lei, poderá ser destinado à reserva para riscos cíveis, trabalhistas e fiscais, retenção de lucros prevista em orçamento de capital a ser aprovado pela Assembleia Geral de Acionistas ou reserva de lucros a realizar, observado o Artigo 198 da Lei nº 6.404/76.

Notas ExplicativasDistribuição de dividendos

O estatuto social da Sociedade prevê a distribuição de, no mínimo, dividendo obrigatório de 25% do lucro líquido do exercício, ajustado nos termos do artigo 202 da Lei nº 6.404/76.

17. RECEITAS

Estão representadas por:

	<u>31.03.2016</u>	<u>31.03.2015</u>
Receita de serviços prestados	46.494	44.646
Receita de serviços de construção	82.552	71.151
Outras receitas	116	30
	<u>129.162</u>	<u>115.827</u>

A conciliação entre a receita bruta e a receita líquida apresentada na demonstração do resultado do período é como segue:

	<u>31.03.2016</u>	<u>31.03.2015</u>
Receita bruta	129.162	115.827
ISSQN	(2.325)	(2.225)
PIS	(304)	(289)
COFINS	(1.409)	(1.337)
Receita líquida	<u>125.124</u>	<u>111.976</u>

18. CUSTOS E DESPESAS POR NATUREZA

Estão representados por:

	<u>31.03.2016</u>	<u>31.03.2015</u>
Despesas:		
Com pessoal	(1.090)	(1.940)
Serviços de terceiros	(427)	(1.094)
Manutenção de bens e conservação	(140)	(29)
Depreciação / Amortização	(21)	(24)
Provisão para contingências cíveis, trabalhistas e fiscais	(534)	(495)
Seguros/Garantias	(2)	(7)
Consumo	(382)	(356)
Transportes	(81)	(107)
Outros	(621)	(779)
Total	<u>(3.298)</u>	<u>(4.831)</u>

Notas Explicativas

	<u>31.03.2016</u>	<u>31.03.2015</u>
Custos:		
Custos de serviços da construção	(82.552)	(71.151)
Com pessoal	(3.930)	(4.024)
Serviços de terceiros	(4.762)	(5.105)
Conservação	(3.494)	(2.995)
Manut./Conserv. Móveis/imóveis	(195)	(97)
Consumo	(935)	(951)
Transportes	(665)	(708)
Verba de Fiscalização	(1.098)	(1.002)
Seguros / Garantias	(546)	(540)
Provisão de manutenção em rodovias	(3.050)	37
Depreciação / Amortização	(11.159)	(8.928)
Outros	(369)	(330)
Total	<u>(112.755)</u>	<u>(95.794)</u>

19. RESULTADO FINANCEIRO

Estão representados por:

	<u>31.03.2016</u>	<u>31.03.2015</u>
Receitas financeiras:		
Aplicações financeiras	480	1.775
Encargos financeiros - reversão de ajuste a valor presente	-	682
Outras receitas	388	122
Total	<u>868</u>	<u>2.579</u>

	<u>31.03.2016</u>	<u>31.03.2015</u>
Despesas financeiras:		
Encargos financeiros	(14.442)	(8.154)
Encargos financeiros – ajuste a valor presente	(630)	(402)
Outras despesas	(481)	(828)
Total	<u>(15.553)</u>	<u>(9.384)</u>

Notas Explicativas**20. DEMONSTRAÇÃO DOS FLUXOS DE CAIXA**

a) Caixa e equivalentes de caixa

A composição dos saldos de caixa e equivalentes de caixa incluída na demonstração dos fluxos de caixa está demonstrada na nota explicativa nº 5.

b) Informações suplementares

	<u>31.03.2016</u>	<u>31.03.2015</u>
Transações de investimentos e financiamentos que não envolveram caixa:		
Aquisição de bens do intangível registrados em obrigações nas contas de fornecedores, partes relacionadas, cauções contratuais e obrigações fiscais	31.957	22.685
Juros capitalizados	14.308	10.894
	<u>31.03.2016</u>	<u>31.03.2015</u>
Transações de investimentos e financiamentos que não envolveram caixa:		
Pagamento de investimentos, que não afetaram as adições das notas de imobilizado e intangível do exercício	(13.669)	(24.682)

21. RECONCILIAÇÃO DO IMPOSTO DE RENDA E DA CONTRIBUIÇÃO SOCIAL

A reconciliação entre a taxa efetiva e a taxa real do imposto de renda e da contribuição social nas demonstrações do resultado referentes aos trimestres findos em 31 de março de 2016 e de 2015 é como segue:

	<u>31.03.2016</u>	<u>31.03.2015</u>
Lucro (Prejuízo) antes do imposto de renda e da contribuição social	(5.970)	4.189
Alíquota vigente combinada	34%	34%
Expectativa de despesa de imposto de renda e contribuição social, de acordo com a alíquota vigente combinada	2.030	(1.424)
Ajustes para a alíquota efetiva:		
Outros ajustes	(18)	(2)
Despesa contabilizada	<u>2.012</u>	<u>(1.426)</u>
Despesas de imposto de renda e contribuição social:		
Correntes	-	(1.384)
Diferido	2.012	(42)
	<u>2.012</u>	<u>(1.426)</u>

Em 11 de novembro de 2013 foi editada a Medida Provisória - MP 627 transformada em lei nº. 12.937 em 13 de maio de 2014, introduzindo modificações nas regras tributárias e eliminando o Regime de Tributação Transitória - RTT adotado pela Sociedade para fins de apuração do imposto de renda e contribuição social sobre o lucro líquido. A Sociedade adotou esta Lei a partir de 1º de janeiro de 2015.

Notas Explicativas

22. LUCRO (PREJUÍZO) POR AÇÃO

A tabela a seguir reconcilia o lucro (prejuízo) líquido e a média ponderada do número de ações utilizadas para o cálculo do lucro (prejuízo) básico e do lucro (prejuízo) diluído por ação.

	<u>31.03.2016</u>	<u>31.03.2015</u>
<u>Básico/Diluído</u>		
Lucro(Prejuízo) líquido do período	(3.958)	2.763
Número de ações durante o ano	<u>234.966</u>	<u>160.012</u>
Lucro(Prejuízo) por ação	<u>(0,01684)</u>	<u>0,01727</u>

Não há diferença entre lucro(prejuízo) básico e lucro(prejuízo) diluído por ação por não ter havido durante o período findo em 31 de março de 2016, instrumentos patrimoniais com efeitos dilutivos.

A quantidade média ponderada de ações ordinárias usadas no cálculo do lucro por ação diluído concilia com a quantidade média ponderada de ações ordinárias usadas na apuração do lucro básico por ação, não existindo mais quantidades como opções a empregados e/ou outras opções a serem conciliadas.

23. INSTRUMENTOS FINANCEIROS

De acordo com a sua natureza, os instrumentos financeiros podem envolver riscos conhecidos ou não, sendo importante a avaliação potencial dos riscos. Os principais fatores de risco que podem afetar os negócios da Sociedade estão apresentados a seguir:

Gestão de risco de capital

A Administração da Sociedade gerencia seus recursos a fim de assegurar a continuidade dos negócios e maximizar os recursos para aplicação em novos investimentos, além de prover retorno aos acionistas.

A estrutura de capital da Sociedade consiste em passivos financeiros, caixa e equivalentes de caixa, títulos e valores mobiliários e patrimônio líquido, compreendendo o capital social e os lucros acumulados.

Periodicamente, a Administração revisa a estrutura de capital e sua habilidade em liquidar os seus passivos, bem como monitora tempestivamente o prazo médio de fornecedores em relação ao prazo médio de giro dos ativos circulantes, tomando as ações necessárias quando a relação entre esses saldos apresentar ativo maior que o passivo.

Os objetivos da Sociedade ao administrar seu capital são de salvaguarda da capacidade e continuidade das operações, oferecendo retorno aos acionistas e benefícios às outras partes interessadas, além de manter uma estrutura de capital ideal para reduzir custo e maximizar os recursos para aplicação em novos investimentos e investimentos nos negócios existentes.

Valor justo dos instrumentos financeiros contabilizados ao custo amortizado

Os instrumentos financeiros mantidos pela Sociedade são registrados ao custo amortizado e aproximam-se de seu valor justo, devido ao que segue:

Notas Explicativas

Empréstimos e financiamentos e debêntures: são substancialmente contratados a taxas de juros pós-fixadas.

Contas a receber e fornecedores: possuem prazo médio de 30 dias.

Caixa e equivalentes de caixa e aplicações financeiras vinculadas: estão substancialmente indexados ao CDI.

Uma vez que a natureza, a característica e as condições contratadas estão refletidas nos saldos contábeis, os saldos elegíveis são ajustados a valor presente quando aplicável. A Sociedade não detêm instrumentos financeiros derivativos ou outros instrumentos de riscos semelhantes. Diferenças poderiam ocorrer se tais valores fossem liquidados antecipadamente.

Ativos	Nível (*)	31.03.2016	31.12.2015
		Empréstimos recebíveis	Empréstimos recebíveis
Caixa e equivalentes de caixa	Nível 2	1.335	2.116
Aplicações financeiras	Nível 2	9.317	8.256
Partes relacionadas	Nível 2	-	44
Contas a receber clientes	Nível 2	9.348	8.730
Outras contas a receber	Nível 2	210	127

Passivos	Nível (*)	31.03.2016	31.12.2015
		Passivos financeiros ao custo amortizado	Passivos financeiros ao custo amortizado
Fornecedores e cauções	Nível 2	22.314	24.629
Empréstimos e financiamentos	Nível 2	695.070	698.935
Partes relacionadas	Nível 2	356.261	333.232
Outras contas a pagar	Nível 2	1.359	640

O CPC 40 (R1) requer a classificação em uma hierarquia de três níveis para mensurações a valor justo dos instrumentos financeiros, baseada em informações observáveis e não observáveis referentes à valorização de um instrumento financeiro na data de mensuração.

O CPC 40 (R1) também define informações observáveis como dados de mercado, obtidos de fontes independentes e informações não observáveis que refletem premissas de mercado.

Os três níveis de hierarquia de valor justo são:

Nível 1: Preços cotados em mercado ativo para instrumentos idênticos;

Nível 2: Informações observáveis diferentes dos preços cotados em mercado ativo que são observáveis para o ativo ou passivo, diretamente (como preços) ou indiretamente (derivados dos preços);

Nível 3: Instrumentos cujos fatores relevantes não são dados observáveis de mercado.

Notas Explicativas

Riscos de mercado

a) Exposição a riscos cambiais

Em 31 de março de 2016, a Sociedade não apresentava saldo relevante de ativo ou passivo denominado em moeda estrangeira.

b) Exposição a riscos de taxas de juros

A Sociedade está exposta a riscos normais de mercado, relacionados às variações da TJLP, do IPCA e do CDI, relativos a empréstimos e debêntures em reais. As taxas de juros das aplicações financeiras são vinculadas à variação do CDI.

Em atendimento a Instrução CVM nº475, em 31 de março de 2016, a Administração efetuou análise de sensibilidade considerando aumentos de 25% e de 50% nas taxas de juros esperadas sobre os saldos de empréstimos e financiamentos, debêntures e de mútuos com partes relacionadas, líquidos das aplicações financeiras.

Indicadores	Cenário I (provável)	Cenário II (+ 25%)	Cenário III (+50%)
CDI	11,75%	14,69%	17,63%
Juros a incorrer - Partes relacionadas (*)	(39.096)	(48.856)	(58.610)
Receita de aplicações financeiras (*)	1.208	1.510	1.812
TJLP	7,50%	9,38%	11,25%
Juros a incorrer - BNDES (*)	(52.478)	(65.598)	(78.717)
Total	(90.366)	(112.944)	(135.515)

Fonte dos índices: Relatório Focus - BACEN.

(*) Referem-se ao cenário de juros a incorrer para os próximos 12 meses ou até a data do vencimento do contrato, o que for menor.

Estas apresentações são adicionais às divulgações requeridas pelo CPC, estando apresentadas em conformidade com as divulgações requeridas pela CVM.

c) Risco de crédito

Em 31 de março de 2016 a Sociedade apresentava valores a receber no valor de R\$8.951 (R\$8.378 em 31 de dezembro de 2015) das empresas CGMP – Centro de Gestão de Meios de Pagamentos S.A., Dbtrans, Conectar e Autoexpresso, decorrentes de receitas de pedágios arrecadadas pelo sistema eletrônico de pagamento de pedágio (“Sem Parar”), registrados na rubrica “Contas a receber”.

A Sociedade possui carta de fiança firmada por instituição financeira para garantir a arrecadação das contas a receber com a CGMP.

Notas Explicativas

d) Risco de liquidez

O risco de liquidez é gerenciado pela controladora Arteris S.A., que possui um modelo apropriado de gestão de risco de liquidez para as necessidades de captação e gestão de liquidez no curto, médio e longo prazo.

A controladora gerencia o risco de liquidez mantendo adequadas reservas, linhas de crédito bancárias e linhas de crédito para captação de empréstimos que julgue adequados, através do monitoramento contínuo dos fluxos de caixa previstos e reais, e pela combinação dos perfis de vencimento dos ativos e passivos financeiros.

A tabela a seguir mostra em detalhes o prazo de vencimento contratual restante dos passivos financeiros não derivativos da Sociedade e os prazos de amortização contratuais. A tabela foi elaborada de acordo com os fluxos de caixa não descontados dos passivos financeiros com base na data mais próxima em que a Sociedade deve quitar as respectivas obrigações. A tabela inclui os fluxos de caixa dos juros e do principal. Na medida em que os fluxos de juros são pós-fixados, o valor não descontado foi obtido com base nas curvas de juros no encerramento do exercício. O vencimento contratual baseia-se na data mais recente em que a Sociedade deve quitar as respectivas obrigações:

Modalidade	Taxa de juros (média ponderada)	2016	2017	2018	2019	2020 em diante	Total
BNDES Automático	7,45%	73.717	104.938	105.668	105.666	627.256	1.017.245
Total		<u>73.717</u>	<u>104.938</u>	<u>105.668</u>	<u>105.666</u>	<u>627.256</u>	<u>1.017.245</u>

24. INFORMAÇÕES POR SEGMENTO DE NEGÓCIO

A operação da Sociedade consiste na exploração de concessão pública de rodovias, sendo este o único segmento de negócio e maneira em que as decisões e recursos são feitas.

A área de concessão da Sociedade é dentro do território brasileiro, as receitas são provenientes de cobrança de tarifa de pedágio dos usuários das rodovias e, portanto, nenhum cliente individualmente contribui de forma significativa para as receitas da Sociedade.

25. GARANTIAS E SEGUROS

A Sociedade, por força contratual, mantém regularizadas e atualizadas as garantias que cobrem a execução das funções de ampliação e conservação especial e das funções operacionais de conservação ordinária da malha rodoviária e o pagamento da parcela fixa do ônus da concessão, quando aplicável.

Adicionalmente, por força contratual e por política interna de gestão de riscos, as concessionárias mantêm vigentes apólices de seguros de Riscos Operacionais, Riscos de Engenharia e de Responsabilidade Civil, para garantir a cobertura de danos decorrentes de riscos inerentes às suas atividades, tais como perda de receita, destruição total ou parcial das obras e bens que integram a Concessão, além de danos materiais e corporais aos usuários. Todos de acordo com os padrões internacionais para empreendimentos dessa natureza.

Notas Explicativas

Em 31 de março de 2016, as coberturas de seguros são resumidas como segue:

Modalidade	Riscos cobertos	Limites de indenização
Todos os riscos	Riscos patrimoniais/perda de receita(*)	180.000
	Responsabilidade civil	20.000
Garantia	Garantia de execução do Contrato de Concessão	79.535

(*) Por sinistro

Além dos seguros anteriormente mencionados, a Sociedade contratou apólices na modalidade Seguro Garantia Judicial referente a discussões judiciais proveniente de autos de infração da ANTT para as quais não há provisão registrada, em virtude de o respectivo risco ser classificado como possível ou remoto. O valor dessa garantia em 31 de março de 2016 é de R\$5.818.720.

26. EVENTOS SUBSEQUENTE

A Sociedade aprovou em Assembleia Geral Extraordinária do dia 5 de abril de 2016 o aumento do capital social em dinheiro no valor de R\$5.000 mediante a emissão de 3.046.923 novas ações ordinárias nominativas e sem valor nominal.

Em 18 de abril de 2016, a Sociedade recebeu a 15ª liberação do Contrato de crédito firmado com o Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social - BNDES no montante de R\$ 16.939 milhões para financiamento das obras e dos serviços de recuperação, melhoramento, manutenção, conservação, ampliação, operação e exploração de rodovias.

A Sociedade aprovou em Assembleia Geral Extraordinária do dia 20 de abril de 2016 o aumento do capital social em dinheiro no valor de R\$5.000 mediante a emissão de 2.958.580 novas ações ordinárias nominativas e sem valor nominal.

A Sociedade aprovou em Assembleia Geral Extraordinária do dia 05 de maio de 2016 o aumento do capital social em dinheiro no valor de R\$6.000 mediante a emissão de 3.592.814 novas ações ordinárias nominativas e sem valor nominal.

A Sociedade aprovou em Assembleia Geral Extraordinária do dia 10 de maio de 2016 o aumento do capital social em dinheiro no valor de R\$2.000 mediante a emissão de 1.189.768 novas ações ordinárias nominativas e sem valor nominal.

Pareceres e Declarações / Relatório da Revisão Especial - Sem Ressalva

RELATÓRIO SOBRE A REVISÃO DE INFORMAÇÕES TRIMESTRAIS

Ao Conselho de Administração e aos Acionistas da

Autopista Fluminense S.A.

São Gonçalo - RJ

Revisamos as informações financeiras intermediárias da Autopista Fluminense S.A. ("Sociedade"), contidas no Formulário de Informações Trimestrais - ITR referentes ao trimestre findo em 31 de março de 2016, que compreendem o balanço patrimonial em 31 de março de 2016 e as respectivas demonstrações do resultado e do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa, para o período de três meses findo naquela data, incluindo as notas explicativas.

A Administração da Sociedade é responsável pela elaboração dessas informações financeiras intermediárias de acordo com o Pronunciamento Técnico CPC 21 (R1) - Demonstração Intermediária, assim como pela apresentação dessas informações de forma condizente com as normas expedidas pela Comissão de Valores Mobiliários, aplicáveis à elaboração das Informações Trimestrais - ITR. Nossa responsabilidade é a de expressar uma conclusão sobre essas informações financeiras intermediárias com base em nossa revisão.

Alcance da revisão

Conduzimos nossa revisão de acordo com as normas brasileiras e internacionais de revisão de informações intermediárias (NBC TR 2410 - Revisão de Informações Intermediárias Executada pelo Auditor da Entidade e ISRE 2410 - "Review of Interim Financial Information Performed by the Independent Auditor of the Entity", respectivamente). Uma revisão de informações intermediárias consiste na realização de indagações, principalmente às pessoas responsáveis pelos assuntos financeiros e contábeis e na aplicação de procedimentos analíticos e de outros procedimentos de revisão. O alcance de uma revisão é significativamente menor que o de uma auditoria conduzida de acordo com as normas de auditoria e, conseqüentemente, não nos permitiu obter segurança de que tomamos conhecimento de todos os assuntos significativos que poderiam ser identificados em uma auditoria. Portanto, não expressamos uma opinião de auditoria.

Conclusão sobre as informações intermediárias

Com base em nossa revisão, não temos conhecimento de nenhum fato que nos leve a acreditar que as informações financeiras intermediárias incluídas nas informações trimestrais acima referidas não foram elaboradas, em todos os aspectos relevantes, de acordo com o CPC 21 (R1) aplicáveis à elaboração das Informações Trimestrais - ITR, e apresentadas de forma condizente com as normas expedidas pela Comissão de Valores Mobiliários.

Outros assuntos

Demonstrações do valor adicionado

Revisamos, também, as demonstrações do valor adicionado (DVA), referentes ao período de três meses findo em 31 de março de 2016, preparadas sob a responsabilidade da administração da Sociedade, cuja apresentação nas informações intermediárias é requerida de acordo com as normas expedidas pela CVM - Comissão de Valores Mobiliários aplicáveis à elaboração de Informações Trimestrais - ITR. Essas demonstrações foram submetidas aos mesmos procedimentos de revisão descritos anteriormente e, com base em nossa revisão, não temos conhecimento de nenhum fato que nos leve a acreditar que não foram elaboradas, em todos os seus aspectos relevantes, de forma consistente com as informações financeiras intermediárias tomadas em conjunto.

Campinas, 11 de maio de 2016

DELOITTE TOUCHE TOHMATSU

Edgar Jabbour

Audidores Independentes

Contador

CRC nº 2 SP 011609/O-8

CRC nº 1 SP 156465/O-9

Pareceres e Declarações / Parecer do Conselho Fiscal ou Órgão Equivalente

Não foi instalado Conselho Fiscal.

Pareceres e Declarações / Declaração dos Diretores sobre as Demonstrações Financeiras

Declaração da Diretoria

Na qualidade de Diretores da Concessionária Autopista Fluminense S.A., declaramos, nos termos do artigo 25 da Instrução CVM nº 480, datada de 7 de dezembro de 2009, que revimos, discutimos e concordamos com as demonstrações financeiras trimestrais relativas ao primeiro trimestre de 2016 findo em 31 de março de 2016.

São Gonçalo-RJ, 11 de maio de 2016.

Diretoria

Alessandro Scotoni Levy

Diretor de Relações com Investidores

Maria de Castro Michielin

Diretora Jurídica

Odílio de Jesus Ferreira

Diretor Superintendente

Pareceres e Declarações / Declaração dos Diretores sobre o Relatório dos Auditores Independentes

Declaração da Diretoria

Na qualidade de Diretores da Concessionária Autopista Fluminense S.A., declaramos, nos termos do artigo 25 da Instrução CVM nº 480, datada de 7 de dezembro de 2009, que revimos, discutimos e concordamos com o conteúdo e opinião expressos no parecer da DELOITTE TOUCHE TOHMATSU.

São Gonçalo-RJ, 11 de maio de 2016.

Diretoria

Alessandro Scotoni Levy

Diretor de Relações com Investidores

Maria de Castro Michielin

Diretora Jurídica

Odílio de Jesus Ferreira

Diretor Superintendente